

"A práxis libertária contemporânea deverá se traduzir cada vez mais na crítica do Poder, da Polícia, do Estado e do Capital. Mas também na intervenção construtiva a partir da realidade local, na defesa da auto-organização e da democracia direta que sustentem um amplo federalismo regional e internacional dos povos. E, na criação de comunidades, cooperativas e outras formas autogestionárias de vida, produção e consumo. Contribuindo assim para uma cultura libertária que abra, desde já, novos espaços de liberdade, de autonomia e criatividade para os que recusam o sistema dominante".

*Jorge E. Silva*

O ANARQUISMO HOJE Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias

# O ANARQUISMO HOJE

*Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias*

Jorge E. Silva



achiamé

# **O ANARQUISMO HOJE**

*Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias*

**Jorge E. Silva**

# **O ANARQUISMO HOJE**

*Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias*

**2ª edição revista**

*Robson Achiamé, editor*

Caixa Postal 50083

Rio de Janeiro – RJ – 20050-970

Telefax (0xx21) 2544-5552

letralivre@gbl.com.br

**achiamé**

Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

1. Uma Realidade Sombria e Contraditória / 9
2. O Declínio do Anarquismo, Algumas de suas  
Causas / 21
3. Uma Época de Desencontros / 33
4. Dilemas do Anarquismo Contemporâneo / 49
5. Possibilidades Atuais de uma Ação Libertária / 61

*“Somos, pois, anarquistas, porque queremos uma sociedade sem governo, uma organização livre, indo do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação, com desprezo das barreiras e fronteiras, sendo a associação baseada sobre o livre acordo e naturalmente determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, idéias e sentimentos dos indivíduos”.*

Neno Vasco

# 1

---

## UMA REALIDADE SOMBRIA E CONTRADITÓRIA

*“O criado arrebatou ao amo seu chicote  
e se fustigou com ele para assim poder ser amo”.*

Kafka

Vivemos uma época de profundas mudanças, da tecnologia às relações sociais, da economia à política. Transformações que não têm no entanto, qualquer sentido de superação do Sistema – de suas injustiças e irracionalidades –, antes pelo contrário, são condicionadas pelos seus interesses estratégicos de preservar a Ordem Reinante.

A derrocada do socialismo de estado, no Leste, é uma dessas mudanças decisivas que marcarão a nossa época. Um processo de auto-reforma iniciado pela oligarquia burocrática, saiu do controle e acabou pulverizando um sistema estatista e autoritário que alguns teimavam em chamar de socialista. Este acontecimento, inegavelmente positivo para os povos que se libertaram daquele sistema terrorista de dominação, não deixou de ser contudo, ao

mesmo tempo, uma vitória de setores dessa mesma burocracia que conseguiram preservar seu poder. Mais uma vez, como tem ocorrido nas últimas décadas, as classes dominantes vão se alternando no poder em resultado da exaustão política ou da sua luta interna. Como no caso das ditaduras ibéricas e dos governos militares latino-americanos, não foi a luta dos explorados e dominados que determinou as mudanças e o fim desses regimes. Quando o povo se apresentou no cenário, foi para sufragar os novos sistemas de dominação, ou para ser usado como carne para canhão em lutas fratricidas, como assistimos na Romênia, Geórgia e Iugoslávia.

Também a ideologia liberal saiu vitoriosa, pois a derrota simbólica das idéias de uma alternativa social, que estiveram presentes nos primórdios da Revolução Soviética, será por muito tempo o tema central da propaganda capitalista e razão da descrença e desesperança de muitos dos que lutam contra este sistema.

O socialismo autoritário saiu do cenário social derrotado, dando dessa forma a sua derradeira contribuição ao *status quo*; ao mesmo tempo que impulsionou a uniformização e homogeneização do sistema capitalista à escala universal. Uma nova conjuntura assentada na mundialização da divisão

do trabalho e na segmentação do mundo – e de cada região – em guetos de riqueza cercados de miséria.

Um panorama internacional, marcado por uma convergência quase total entre os principais centros de poder em torno do *Washington Consensus*, e administrado pelos Sete Mais que usarão seus organismos internacionais: ONU, CEE, OTAN, FMI, BIRD, como instrumentos de gestão, de polícia e companhia de seguros da Ordem Internacional.

A instrumentalização da ONU durante a Guerra do Golfo e nos diversos conflitos regionais dos últimos anos; a manutenção e alargamento da OTAN após a dissolução do Pacto de Varsóvia; a recusa dos EUA de dismantelar o arsenal nuclear; bem como as pretensões hegemônicas da Alemanha dentro da CEE, são entre muitas outras manifestações, demonstrativas desta nova rearticulação do Capitalismo Internacional sob o comando de Washington.

Neste contexto de *restauração*, principalmente nas sociedades de consumo, massificadas e manipuladas por uma rede de propaganda e informação dirigida, as possibilidades de uma alternativa social, se afunilam. Já que os valores libertários da autonomia, da solidariedade, do livre-pensamento e do autogoverno, são dificilmente inteligíveis ou aceitos pela maioria dos cidadãos amestrados e de-

samparados, perdidos num contexto social de individualização e atomização extrema. Tornando-se assim incapazes de qualquer reflexão crítica, afundados que estão no minimalismo ético e no cinismo pragmático. O que exprime a maior vitória do sistema: a homogeneização ideológica e cultural das sociedades onde predominam o individualismo, a concorrência e a esquizofrenia dionisíaca para usar as palavras de Carlos Díaz<sup>1</sup>.

Só os excluídos dessa sociedade (e que não aspiram a se integrar no reino da sujeição conformista), ou os que nela não se reconhecem – uma pequena e desarticulada minoria – podem se identificar potencialmente com esses valores libertários. Em termos objetivos essa é a nossa margem de atuação nas sociedades do chamado Primeiro Mundo. Mesmo que saibamos que esse conformismo majoritário é cíclico e pode ser abalado, quer por alterações socioeconômicas, quer pelo aprofundamento gradual da crise civilizacional que vivemos.

Outra é a situação vivida nos países do hemisfério sul – com algumas semelhanças em alguns países do Leste Europeu – onde a superexploração, a não-satisfação das necessidades básicas e a flagrante desigualdade social, que se traduz num ver-

---

1. Carlos Díaz. *De la Razón Dialógica a la Razón Profética*. Mosteles: Ediciones Madre Tierra, 1992.

dadeiro *apartheid* social, abrem espaços para a continuidade de movimentos sociais anticapitalistas mais amplos.

Olhando ao nosso redor, não seria excesso de pessimismo afirmar que nunca como hoje, as forças do Estado e do Capitalismo foram tão fortes e as tendências libertárias da alternativa social, tão fracas.

No entanto, e apesar disso, persistem contradições e tensões fundamentais no sistema dominante, que se vão acumulando e adquirindo uma visibilidade crescente. Começando pela miséria absoluta da maioria da população mundial, que contrasta com a riqueza ostensiva e delapidatória de uma minoria; a própria marginalização de jovens, desempregados e velhos nos países ricos, que aponta os limites de assimilação do sistema; o desenvolvimento da tendência de crescimento dos empregos informais e precários; a desqualificação profissional, o aviltamento do trabalho e o desemprego estrutural, resultante da introdução da automação e das novas tecnologias e, por fim, a violência e a criminalidade presentes em todas as grandes cidades, demonstram a impossibilidade de soluções no quadro do sistema capitalista.

A natureza predatória da sociedade capitalista e sua ilusão no crescimento infinito, só pode levar ao esgotamento de recursos, à destruição do meio ambiente, reverso destrutivo desta forma de “pro-



gresso”, que junto com a utilização arbitrária e irracional das tecnologias, impõe aos gestores da desordem industrial o uso instrumental de políticas de restrições ambientalistas. É nesse sentido que deve ser entendida a panacéia do “desenvolvimento sustentável”, presente no discurso atual dos donos do Poder e em particular do Banco Mundial. Discurso ideológico que, contudo, não aponta uma solução harmoniosa para o problema da pobreza, do desenvolvimento humano e da utilização das tecnologias, questões centrais da nossa época.

O capitalismo pode sentir a necessidade de contabilizar os prejuízos ou as ameaças futuras, mas não pode assimilar os questionamentos radicais levantados por libertários e ecologistas. Esses problemas só podem ser resolvidos no contexto de uma sociedade descentralizada e autogerida, capaz de criar e controlar formas tecnológicas adequadas a um desenvolvimento integrado, auto-sustentado e solidário. Nem o crescimento zero, nem o desenvolvimento sustentável são possíveis em uma economia determinada pelo lucro e em um mundo marcado pelo consumismo, pelo desperdício das sociedades *ricas* e pelas necessidades básicas não satisfeitas das sociedades *pobres*.

De Bopal e Chernobyl ao contrabando de plutônio, a sociedade industrial manifesta-se intrinsecamente desordenada e ameaçadora para o futuro dos povos.

Ao nível político há uma tendência generalizada para a restrição das liberdades e garantias conquistadas em outras épocas. O que se reflete diretamente no ordenamento jurídico, com a reintrodução de conceitos e práticas autoritárias e inquisitoriais no direito penal e processual e com o desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas que as lutas operárias impuseram a partir do século 19.

A democracia representativa se esvazia face à inexistência de escolhas reais e à transformação das eleições em simples competições de *marketing*, onde o resultado é sempre inócuo para as elites e burocracias dominantes. Uma crise de legitimidade que é ampliada pela crescente burocratização do Estado e pelo fato das decisões econômicas e políticas mais importantes serem tomadas, tanto no nível privado, como no nível internacional, fora do chamado controle do Estado de Direito. O mesmo ocorrendo com a maioria das decisões eufemisticamente chamadas de técnicas e com aquelas que são tomadas no complexo de segurança, onde predomina o princípio do segredo. A corrupção, por sua vez, afirma-se como tendência endêmica do estado moderno, do Japão ao Brasil, da Venezuela à Espanha, da França a Portugal, comprometendo as várias correntes políticas com práticas fraudulentas e ilegais, sem que com isso seja afetada essencialmente a credibilidade que os cidadãos-espectadores têm em seus partidos. Até porque faz

muito tempo as oligarquias políticas da representação abdicaram de mascarar com a aritmética do voto seu mandato eleitoral, como já foi demonstrado há tempos pelo anarquista ibérico Ricardo Mella<sup>2</sup>. A “lei do número” é um falso instituto democrático, tanto mais que até as maiorias eleitorais estão encalhando a olhos vistos, sendo o governo efetivamente exercido por minorias, credenciadas minoritariamente nas chamadas eleições democráticas e o Poder por organizações e instituições que estão longe do controle dos cidadãos.

Mesmo face a esta realidade cada vez mais visível no mundo contemporâneo, a descrença na *política*, que se traduz no crescente abstencionismo em quase todos os países, no contexto atual só serve para reforçar o cinismo individualista do egocentrismo dominante: “cada um por si, e deus contra todos”.

Afirma-se assim a tendência para um estatismo autoritário de novo tipo, afastado do modelo de Estado de Direito clássico e mais ainda do Welfare State, um Estado não mais preocupado com a participação e os direitos dos cidadãos. Mas tão-só em garantir as condições de produção, reprodução e movimento do Capital: um novo tipo de Estado-Polícia, que vem perdendo a sua dimensão nacio-

2. Ricardo Mella. *La Ley del Número*. Biblioteca Tierra y Libertad, 1945.

nal para se tornar a *repartição local* de uma nova forma de Estado supranacional em gestação.

Os fenômenos incontrolados da violência e da guerra demonstram, de forma inequívoca, que nenhum Estado ou governo mundial poderá administrar sociedades cindidas pela miséria e injustiça. A ruptura dos laços tradicionais da solidariedade social, agravada por uma cultura de concorrência, só pode levar a uma guerra de todos contra todos, que se manifesta na indiferença perante os miseráveis, no consumo generalizado de drogas, na violência desesperada das grandes cidades, em guerras fratricidas como na Iugoslávia, nos genocídios da África. As metrópoles – mesmo dos países ricos – com seus bolsões crescentes de miseráveis e marginalizados tendem a constituir-se como um cenário de violência onde nenhum exército particular, ou condomínio das elites, desses que proliferam em Madri, Rio de Janeiro, ou Los Angeles, poderão garantir uma existência segura e despreocupada como a que as classes dominantes se habituaram a usufruir no passado.

Neste panorama sombrio, o caminho que estamos a percorrer pode abrir, mesmo assim, novas possibilidades: o esvaziamento do sentido social do Estado e sua crise de legitimidade, pode facilitar a reaproximação dos movimentos sociais do pensamento e da prática antiestatista libertária.

Também a derrocada do mito do socialismo de Estado, deixa em aberto o campo da alternativa real aos sistemas de dominação, onde se poderá afirmar o socialismo libertário. Com a derrota da estratégia leninista de tomada do poder, de utilização do Estado para a criação de um “socialismo” por etapas, e da derrocada do mito da excelência da economia centralmente planejada, que só gerou instabilidade, desigualdade e burocracia, a pertinência dos valores anarquistas, do socialismo orgânico, federalista e descentralizado, torna-se ainda maior para os que não abdicam de pensar e lutar por uma alternativa ao que aí está.

O capitalismo que persiste como barbárie perdura ante uma contradição básica do nosso tempo que pode ser resumida nas palavras de Marcuse:

“A revolução mais necessária, parece ser a mais improvável”.

Improvável porque somente fortes movimentos sociais autônomos e libertários poderiam romper radicalmente a teia de um sistema repugnante que envolve todas as classes e grupos sociais. E hoje eles são minoritários.

A partir daqui, de uma realidade adversa mas contraditória, o anarquismo *pode* lutar por retomar o seu papel nos movimentos sociais – nos velhos e nos novos movimentos –, o que vai depender, pelo

menos em grande parte, da *vontade, lucidez, e ação*, dos libertários.

Por mais que os ideólogos do Poder e a corte de acólitos arrependidos, proclamem o fim da História, ela teima em afirmar que só morrerá com o próprio homem. Mesmo que não possamos descartar a hipótese já um dia levantada por Mannheim de o mundo

“estar entrando numa fase de aparência estática, uniforme e inflexível.”

Mesmo assim o futuro será sempre uma possibilidade em aberto onde os seres humanos, com todas as condicionantes culturais e materiais, poderão realizar suas utopias. Para nós anarquistas, o socialismo libertário, a comunidade orgânica, continua sendo um imperativo para a *humanização* das sociedades.

## O DECLÍNIO DO ANARQUISMO, ALGUMAS DE SUAS CAUSAS

*“Mas uma grande idéia não pode germinar num só dia,  
por mais rápida que seja a elaboração e a difusão de idéias  
durante os períodos revolucionários”.*

Piotr Kropotkin

O declínio histórico do anarquismo tem sido, ao longo de décadas, apresentado por seus opositores – em particular os marxistas – como uma decorrência do processo histórico de transição de sociedades pré-capitalistas para o capitalismo, e de substituição dos artesãos pelo proletariado industrial. Essa tese, que tem como expoentes historiadores do tipo de Eric Hobsbawm, dificilmente resiste a uma análise mais detalhada. Apresentando-se sob o rótulo de cientificidade da história e sua “neutralidade”, mas logo é denunciada pelos impulsos exegéticos da dogmática leninista de Hobsbawm sempre que se refere ao anarquismo, chegando às raias da má-fé e da distorção em várias de suas

obras<sup>3</sup>. Outros historiadores mais conhecedores do anarquismo como Rudolf de Jong ou Carlos da Fonseca já demonstraram como o movimento anarquista do século 20 estava amplamente implantado entre os trabalhadores industriais e nos principais centros operários da época:

“Que Paris, Toulouse, Barcelona, Milão, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Montevidéu ou Tóquio aí ocupem lugares de grande importância constitui a negação das raízes rurais do movimento”<sup>4</sup>.

Mas se para os pensadores liberais ou para os marxistas o declínio do anarquismo é uma *natural* inevitabilidade histórica, para muitos anarquistas é um *incompreensível* acidente; nos dois casos têm ficado sistematicamente ocultas as razões que explicam tal declínio.

Para compreendermos a situação atual do anarquismo, os principais problemas com que se confronta e as possibilidades que se abrem, teremos de rever sua fase de declínio, que se estendeu pelas décadas de 20 e 30 e culminou com a derrota da Revolução Libertária de 1939 na Espanha.

---

3. Consultar, entre outros as referências ao anarquismo em *Rebeldes Primitivos* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978) e *Revolucionários* (São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985), ambos de Eric Hobsbawm.

4. Carlos da Fonseca. *Para uma Análise do Movimento Libertário e da sua História* (Lisboa: Antígona, 1988).

A conjugação de múltiplos fatores adversos, que os anarquistas foram incapazes de entender ou de contornar na conjuntura política e social da época, é o que explica esse esvaziamento progressivo do movimento.

a) Se existe uma causa que deva ser apontada em primeiro lugar essa é a resultante das transformações sofridas pelo capitalismo e pelo Estado, nessas primeiras décadas do século 20.

A intensificação das lutas operárias a partir de finais do século 19, o espectro da Revolução Social e as mudanças tecnológicas e organizacionais levaram o Capital a iniciar uma política redistributiva nos países industrializados, o que permitiu uma expansão do processo produtivo e, acima de tudo, a adesão dos trabalhadores ao sistema. O acesso ao consumo tornou-se assim o antídoto contra a revolta e foi um fator primordial para a adesão dos trabalhadores à lógica normativa do capitalismo.

O surgimento do Estado intervencionista, que se insere neste processo de mudanças estruturais – seja na sua versão corporativista-fascista, seja na de Estado de Direito Social –, levou ao reconhecimento dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores e a uma demarcação de limites ao capitalismo de livre concorrência e livre exploração do século 19.

A educação e a saúde pública tornaram-se objetivos de Estado e os direitos trabalhista: descan-

so, férias, assistência social e reforma, passaram a fazer parte das políticas de governo. O movimento operário conseguiu impor algumas das suas reivindicações históricas, mas a troco de uma sujeição ao Estado que se traduziu na institucionalização dos conflitos laborais, através de regras de arbitragem ditadas por esse mesmo Estado. Os governos criaram um novo departamento da conciliação social: o Ministério do Trabalho, que juntamente com tribunais e outros órgãos especializados passaram a interferir nas lutas operárias, na tentativa de desarticular a tática radical do confronto de classes aplicada pelo sindicalismo revolucionário e pelo anarco-sindicalismo.

O ordenamento jurídico passou a reconhecer como *direitos* as organizações operárias, as reuniões, as manifestações e greves, mas deu-lhes um enquadramento legal que lhes retirava todo o potencial conflitivo. Em contrapartida a ação direta, a sabotagem, o boicote e a greve de solidariedade passaram a ser criminalizadas e reprimidas de forma ainda mais violenta, estabelecendo-se claramente o limite admissível para o sindicalismo: a representação corporativa dos problemas operários.

Também o Capital passou a aceitar o sindicalismo dentro desses limites, usando um duplo critério de negociação: ao fazer concessões às exigências de sindicatos *confiáveis* e reprimir as que tivessem uma dinâmica radical. Os episódios do “pistoleirismo”

capitalista nessa época, da Espanha aos EUA, são por demais conhecidos. O sindicalismo que nasceu como emanação da vontade de emancipação do movimento operário, e sua forma auto-organizativa por excelência, tornou-se a partir de então um reflexo das intervenções – diretas e indiretas – do Estado e seu ordenamento jurídico

O direito trabalhista, a institucionalização das negociações sindicais, sujeitas a ardilosas análises jurídicas e econômicas, favoreceram a burocratização dos sindicatos e em muitos casos exigiram-na. Só através da criação de estruturas administrativas e de assessoria de especialistas do acordo: advogados, economistas, sociólogos e um sem-número de funcionários exteriores ao movimento operário, poderiam os sindicatos enquadrar-se neste contexto de negociação e nele obter vantagens. A tentação corporativista que nunca chegou a desaparecer do sindicalismo, mesmo nas fases em que se potenciavam mais as formas revolucionárias do confronto de classes – tendo inclusive originado em quase todos os países históricas polémicas entre anarquistas e sindicalistas –, tornavam-se agora preponderantes<sup>5</sup>.

5. Mesmo no movimento anarquista e anarco-sindicalista ocorreram divergências com os chamados “sindicalistas puristas”, que desejavam restringir a luta operária a objetivos corporativistas. A famosa polémica de Malatesta duran-

A combatividade dos sindicatos e dos militantes operários, passava a não ter correspondência direta com a eficácia na conquista de melhorias contratuais. Os mais eficazes passaram a ser os mais hábeis nas negociações, o que normalmente se traduzia na cedência sistemática perante as imposições estratégicas do Capital.

Estavam assim criadas as condições para a derrota do sindicalismo anarquista, que se sustentava na consciência revolucionária, na ação direta e na auto-organização. Tornava-se “impossível” um sindicalismo onde não cabiam funcionários e dirigentes profissionais e para quem – evocando a consigna do sindicalismo revolucionário dos EUA da IWW – “trabalhadores e capitalistas não têm nada em comum”.

Neste panorama de conciliação, em que o Estado ganhava uma autonomia relativa em relação às classes dominantes, assumindo um rosto pacificador, independente, social, deixava de haver condições para a inteligibilidade do discurso antiestatista dos anarquistas. A maioria dos trabalhadores começou a ver o Estado como uma entidade *beneficente* que garantia a educação, a saúde, a habitação e a velhice dos cidadãos e não mais como aparelho central de gestão da dominação.

---

te o Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907, colocando os limites do sindicalismo, corresponde à posição mais divulgada no movimento anarquista.

b) Uma segunda causa pode ser apontada: o aparecimento de ditaduras terroristas em várias regiões do mundo. Desde logo o nazifascismo e suas variantes ibéricas, bem como os governos de ocupação resultantes da expansão alemã. As ditaduras na América Latina de Vargas e Perón e na Rússia dos burocratas comunistas.

A repressão desencadeada tornava impossível a sobrevivência do anarquismo como movimento amplo e aberto, principalmente das organizações anarco-sindicalistas. O anarco-sindicalismo que foi a estratégia que abriu caminho à influência generalizada das idéias anarquistas na maioria dos países, não tinha condições de sobreviver em tal situação de repressão. Só um movimento estruturado clandestinamente baseado em grupos de afinidade poderia resistir<sup>6</sup>. Mas, mesmo nesse caso, a sobrevivência dependeria a longo prazo de apoio externo, seja na forma de auxílio material, seja na de território de exílio e articulação. E os anarquis-

---

6. Mas mesmo esse caminho, como está claro pela história da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), também não é uma solução: “La Organización sindical confederal que siempre tuvo vocación de masividad, debe cerrar sus filas e estructurarse a nivel de Grupos de selección, iniciándose así, un declive que va del 48 al 59 (...)” como escreveu Juan Gomez Casas no seu livro *História del Anarcosindicalismo en España* (Madri: Editorial Aguilera, 1977).

tas jamais dispuseram de forma continuada dessas condições<sup>7</sup>.

A prisão, morte e exílio de um número incalculável de militantes, juntamente com a impossibilidade de manter a propaganda e intervenção no movimento social, iria levar, em muitos países, ao quase esvaziamento do movimento e a uma ruptura entre gerações.

Quando se tornou possível a rearticulação, os anarquistas estavam cindidos em duas gerações distanciadas por décadas, que só com dificuldade se comunicavam e se relacionavam.

c) Finalmente a terceira causa teve a ver com a vitória do leninismo na Revolução Russa e a subsequente criação dos partidos comunistas. Ao se tornar a estratégia da vitória sobre a burguesia – ou ao ser interpretado como tal – reintroduziu o marxismo com carisma revolucionário no movimento operário internacional. A ilusão de que era esse o melhor, ou o mais eficiente, caminho para chegar ao socialismo, somado à falta de informação sobre os rumos da revolução soviética, levou muitos anarquistas e outros trabalhadores ao leninismo. Uma adesão mais pragmática que teórica, que os fazia ver na sociedade russa uma concretização das idéi-

7. Basta recordar o controle exercido pelo Estado francês sobre os anarquistas espanhóis exilados, tentando impedir a luta contra a ditadura de Franco.

as libertárias. E os empurrava para a criação de organizações que misturavam na sua forma e no seu discurso os princípios anarquistas com um maximalismo ou leninismo incipiente. Em muitos países os partidos comunistas nasceram de rupturas no seio da corrente social-democrata, mas em quase todos houve uma participação significativa de trabalhadores oriundos do anarco-sindicalismo. No caso de Portugal e do Brasil, os partidos comunistas foram uma criação de anarquistas. Esta atração pelo leninismo viria a ser ainda maior entre os intelectuais anticapitalistas que se deixaram conquistar pela idéia de criar o socialismo a partir do Estado, uma manifestação de despotismo esclarecido, baseada na concepção de que o marxismo seria a “ciência” da transformação social; e que aos intelectuais estaria reservado um papel especial na vanguarda dirigente. Nascia assim o “socialismo dos intelectuais”, tão bem dissecado por Makhaiski.

Mas foi no movimento operário que as divisões introduzidas pelas divergentes concepções de socialismo, teriam maiores conseqüências, já que diminuíram a própria capacidade de resistência às ditaduras que se começavam a instalar. Esta situação se agravou após a adoção pelos comunistas de uma estratégia internacional definida pelo COMINTERN e ISV de infiltração e cisão dos sindicatos de orientação anarco-sindicalista.

A ação insidiosa dos comunistas foi determinante para desarticular o anarco-sindicalismo e pos-



sibilitou-lhes a criação dos sindicatos atrelados, correias de transmissão do partido, já que para o leninismo era essa a função instrumental das organizações operárias.

Com o agudizar da repressão e, na medida em que os comunistas conseguiram sobreviver na clandestinidade, tornaram-se para muitos trabalhadores a única força capaz de articular as lutas operárias contra as ditaduras e o capitalismo. Soma-se a isso a maleabilidade tática que os levava a não desprezar a luta pelas pequenas reivindicações e a integrar conceitos conservadores e nacionalistas em seu discurso, o que se adequava a um movimento social em que se expandia o reformismo. Começava assim a dar-se a hegemonia comunista nos meios operários, processo que estava concluído nos finais da década de 40.

A derrota da Revolução, na Espanha, foi o culminar desta tendência e sua mais evidente demonstração. Aquele que foi o mais avançado esboço de transformação social libertária, foi empalmado entre fascistas e stalinistas, ante a indiferença conivente dos Estados democráticos, na mais sinistra combinação de forças contra-revolucionárias de nossa época. Essa seria a última grande mobilização popular das idéias anarquistas e a mais trágica das derrotas. O socialismo libertário, que desde o século 19 tinha tido um dos seus bastiões na Península Ibérica, era esmagado após uma guerra civil

que levaria à morte e ao exílio centenas de milhares de militantes. Episódio da história social contemporânea que reúne contraditoriamente os erros, os limites e as possibilidades criadoras do anarquismo. Nunca o anarquismo teve um papel tão decisivo nas mudanças profundas de uma sociedade quanto na Revolução Espanhola, mas também nunca ficou tão próximo de se descaracterizar como alternativa às instituições estatizantes e burocráticas. A participação de alguns de seus mais conhecidos militantes no governo, mesmo não colhendo a adesão de parte do movimento, nem chegando a gerar um anarquismo político de feição maximalista, foi um colaboracionismo que acabou deixando seqüelas profundas no movimento libertário<sup>8</sup>. Dessa experiência também não conseguiram os anarquistas extrair uma teoria e uma prática adequada para lidar com o fenômeno do Estado e do Poder, nem desenvolveram a partir das realizações construtivas da Revolução – para empregar as palavras de Gaston Leval –, uma alternativa de autogestão generalizada para as modernas sociedades complexas.

Hoje, poderemos a partir destas mesmas causas que se combinaram para debilitar o movimento

8. Sobre este tema continua valendo a pena ler o texto crítico de César M. Lorenzo, *Los Anarquistas Españoles y el Poder* (Paris: Ruedo Ibérico, 1972). Ou sobre outro ângulo o livro de Diego Abad Santillan, *Por qué Perdimos la Guerra* (Buenos Aires: Imán, 1940).

anarquista, entender as perspectivas abertas pela derrocada de dois mitos: o do Estado Socialista e o do Estado do Bem-Estar Social. Agora, mais de 60 anos após a Revolução de 1936, talvez os anarquistas possam refletir sobre todo esse período de esperanças e derrotas dos movimentos libertários.

Mesmo que hoje tenham desaparecido as duas causas fundamentais do declínio do anarquismo, isso ocorre em uma fase em que o pensamento e a prática libertária atingiram seu ponto mínimo e quando a homogeneização ideológica do sistema capitalista atingiu seu ápice. Certamente por essa razão o desgaste do Estado e da representação política só tenha gerado um generalizado desinteresse cínico com os destinos da sociedade e não mais uma busca de uma alternativa ao existente.

Essa descrença generalizada, contraditoriamente, pode representar o começo de uma nova esperança: se não mais acreditamos no Estado e na democracia representativa, então podemos nos auto-organizar e começar a imaginar formas inovadoras para as sociedades. E aí nos reencontramos com o velho desafio do anarquismo!

### 3

## UMA ÉPOCA DE DESENCONTROS

*“Os bois passam debaixo da canga,  
os cegos vão aonde a gente queira levá-los.  
Mas o homem que nasce livre  
tem o seu próprio caminho...”*

Herbert Read

A partir dos anos 40 o anarquismo tornou-se uma pálida imagem do que fora no passado, não possuindo sequer o vigor, a combatividade e a obstinação dos primeiros grupos que se formaram na década de 60 do século 19. A fragilidade do movimento – que se prolonga até agora – manifesta-se na sua quase ausência dos movimentos sociais, na incapacidade associativa e na sua reduzida influência no pensamento crítico atual. Derrotado na Espanha, enfraquecido pelas mortes e prisões, dividido pelas mágoas do exílio, o anarquismo perdeu a sua última grande referência. Por todo o lado, na Europa e na América, os movimentos sociais reapareciam enfeudados a populismos estatizantes ou atrelados à estratégia comunista das “correias de transmissão”, sendo meros instrumentos da política partidária.

Gradualmente o anarquismo perdia a sua principal vitalidade das décadas anteriores que lhe era dada pelos camponeses das diferentes comunidades do estado espanhol, pelos operários de Barcelona, Rio de Janeiro, Buenos Aires, pelos núcleos libertários da Ásia e pelos internacionalistas que corriam a América e a Europa agitando as idéias de uma sociedade sem Estado.

Os grupos que persistiam em países como França e Itália era o que sobrava desse velho movimento proletário e revolucionário que tinha agitado a Europa nos últimos 100 anos, mas a sua incapacidade de penetração nos movimentos sociais e entre a juventude era uma constatação evidente.

Foi então, que de forma imprevisível, no final dos anos 60, irromperam novamente as idéias libertárias, a partir de uma geração quase sem contatos com o movimento anarquista histórico.

A crítica da sociedade industrial, a ecologia, o pacifismo e o comunitarismo nascidos no movimento contracultural da América do Norte, desenvolveram-se em paralelo ao anticapitalismo radical dos jovens estudantes e proletários da Europa de 68. Os valores libertários que os anarquistas tinham assumido no movimento social, ao longo de décadas, emergiam novamente de forma criativa e espontânea. Esta nova geração, ao se aproximar do

velho movimento iria se confrontar com o problema da distância que os separava dos militantes provindos das lutas dos anos 30, na sua quase totalidade operários autodidatas. Seria complexa e difícil essa integração: a visão do mundo, o discurso, a estratégia, a origem social – e até os comportamentos – eram distintos, dificultando que a experiência e a história que esses velhos militantes representavam se somasse ao voluntarismo e à criatividade das novas gerações.

Passaram a coexistir dois movimentos paralelos, com suas publicações e grupos claramente identificáveis, que umas vezes se completavam, mas em outras conflitavam. Com o tempo acabaram por estabelecer alguns contatos, ligações e colaborações entre si, sem no entanto vencer definitivamente essa barreira que os separava. Não era o resultado do envelhecimento ou dogmatismo dos velhos militantes, como alguns afirmavam, mas tão-só a barreira inexorável do tempo que afastava esses experimentados ativistas da realidade da prática social; e que aos jovens impedia de apreender o conhecimento e a experiência que o movimento histórico havia acumulado. Os grupos surgidos a partir do começo dos anos 70, iriam ainda ser marcados por uma fraqueza congênita, já que eram constituídos por estratos sociais que se definem por sua transitoriedade e descontinuidade: jovens e es-

tudantes. Não conseguindo superar o maior problema com que se debatia o anarquismo nas últimas décadas, o da sua implantação nos movimentos sociais.

O anarquismo, ao contrário do marxismo, não acredita na existência de um sujeito histórico único e predestinado, em uma classe ou grupo social capaz de realizar, em função de um destino histórico, a mudança social. As forças sociais que os libertários consideravam mobilizáveis para um projeto de mudança eram mais vastas e plurais. Desde Bakunin e Kropotkin, sempre estiveram no centro do pensamento anarquista, ao lado do proletariado, dos camponeses, todos os explorados e excluídos, os marginais e jovens, mas enquanto pessoas concretas, sujeitos capazes de assumirem sua liberdade e se autodeterminarem historicamente<sup>9</sup>. No entanto, é condição necessária para a concretização de um projeto de transformação social, que esses sujeitos sejam parte de grupos e classes sociais com uma afinidade de interesses e com uma estabilida-

---

9. Um dos textos mais traduzidos de Kropotkin, *Apelo aos Jovens*, exemplifica bem essa atitude dos anarquistas, quando convoca os jovens de origem burguesa a participarem na luta pela transformação social. Afinal, Kropotkin, Bakunin e Malatesta, tinham sua origem social nas classes dominantes e nem por isso deixaram de ter toda uma vida de dedicação à luta dos explorados e marginalizados.

de e continuidade estrutural, que possibilitem formas de associação e de luta a prazos mais longos.

O movimento anarquista só terá condições de retomar uma presença significativa nos movimentos sociais, se participar das suas lutas, principalmente as que nascem das condições básicas de produção e da resistência às relações de dominação. Já que as fábricas, os escritórios e os outros locais de trabalho dos assalariados, serão sempre – enquanto não existir a robotização total da produção e prestação de serviços – o centro das relações fundamentais de dominação e, conseqüentemente, o núcleo potencial da resistência ao capitalismo, onde pode germinar uma alternativa social. O anarquismo não conseguiu até hoje retomar sua relação histórica com os movimentos sociais e, particularmente, com a luta operária. O renascimento do anarcosindicalismo na Espanha, nos anos 70, foi um caso único que resultou de uma longa história do anarcosindicalismo e da tradição libertária neste país. Mas mesmo aí, não se traduziu em uma recriação da estratégia anarco-sindicalista, adaptando-a às profundas transformações da economia e da própria condição operária, que haviam sido decisivas para debilitar o movimento.

Os problemas com que se tem debatido a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), após sua reconstrução em 1977, resultam em parte – já que

temos de reconhecer que existiram tentativas de infiltração e cerco por parte do Estado –, de duas causas: a primeira foi a incapacidade da CNT romper com o fantasma da história e se abrir ao novo movimento libertário que renascia nos anos 70, na Espanha; por outro lado do fato de a estratégia anarco-sindicalista, como se definiu historicamente, não se mostrar operante em uma sociedade em que o Capital e o Estado tinham passado por mutações profundas. Esta constatação não significa aceitar como certa e inevitável a teoria que o sindicalismo morreu ou é, hoje, inevitavelmente *integrador*, e menos ainda, que não existe espaço para uma estratégia autônoma de confronto anticapitalista nas atuais relações de trabalho. Embora tenhamos de reconhecer que essa margem se reduziu na maioria dos países de capitalismo maduro, onde a consciência da sujeição desapareceu perante a perspectiva de acesso ao consumo, e onde uma nova e radical divisão se cria no mundo do trabalho: a que nasce da oposição entre os garantidos e os excluídos das relações de produção.

Mesmo assim a existência de organizações anarco-sindicalistas na Espanha, na França e na Suécia, e de diversos núcleos sindicalistas revolucionários em outros países, não deixam de ser um desafio que se mede pela distância que vai desse

sindicalismo autônomo ao sindicalismo atrelado, corporativista, e burocrático<sup>10</sup>.

Mesmo assim temos de reconhecer com lucidez os limites atuais da prática sindical que tendem a se desvirtuar na prática da negociação – esse é o drama da Confederação Geral do Trabalho (CGT) na Espanha –, ou a se encurralar na intransigência do confronto, impedindo os ganhos imediatos, que são um componente necessário a essa forma de organização. Ao contrário da visão simplista de alguns anarquistas, o sindicalismo burocrático e corporativo predominante atualmente, não é um produto da traição de dirigentes reformistas, mas a expressão do movimento operário que aderiu aos valores e à lógica do capitalismo. A burocracia sindical, tal como a burocracia política, só reflete a imagem dos movimentos sociais contemporâneos.

Esta reavaliação das relações *anarquismo x sindicalismo*, e a definição de uma estratégia atual para a ação no mundo do trabalho, não deixam de ser importantes, mesmo levando em consideração a situação atual na maioria dos países; as perspecti-

10. Nos livros *Capital, Sindicatos e Gestores* (São Paulo: Edições Vértice, 1987) e *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores* (São Paulo: Boitempo, 2000), João Bernardo, um marxista heterodoxo português, próximo dos libertários em muitos aspectos, dá uma contribuição importante para a compreensão do papel contemporâneo dos sindicatos na gestão capitalista da mão-de-obra assalariada.

vas para os anarquistas são, quando muito, a de contribuir para a criação de núcleos de autonomia e auto-organização nos locais de trabalho, aplicando as idéias e táticas do anarco-sindicalismo adequadas a cada situação.

Hoje o sindicalismo para ser revolucionário, teria de se tornar mais abrangente, mesmo ao nível reivindicativo, rompendo as amarras do reacionarismo corporativo. Além das tradicionais lutas salariais, de redução de horário, de melhoria das condições de trabalho e contra o desemprego, teria de passar a intervir no redimensionamento do papel do trabalho e da função do trabalhador. E, indo mais além, atuar nas questões que envolvem o mundo do trabalho, como os transportes, habitação, urbanismo, consumo e qualidade de vida, já que são aspectos fundamentais, se partirmos de uma visão integrada das relações de dominação e de suas conseqüências na existência cotidiana dos assalariados<sup>11</sup>. O sindicalismo revolucionário teria de retomar a tradição perdida de ser o espaço de construção de relações de afinidade e solidariedade e de criação de uma contracultura de resistência. Rompendo a barreira contemporânea estabelecida entre os trabalhadores garantidos e excluídos, entre os

11. O estudo de J. M. Carvalho Ferreira "As Novas Tecnologias, o Trabalho e os Desafios do Sindicalismo", publicado em *Tecnologia e Liberdade* (Lisboa: Sementeira, 1988), analisa este problema.

que possuem trabalho precário e trabalho seguro, criando formas de organização e luta solidária junto com os desempregados e aposentados.

As mudanças estruturais por que está passando a sociedade capitalista tem como uma de suas conseqüências mais importantes o declínio da coesão e consciência dos trabalhadores, bem como a perda da identidade construída ao longo do século 19 e primeiras décadas do século 20. O Estado do Bem-Estar, a sociedade de consumo e as tecnologias de massificação, em particular o rádio e a televisão, podem ser apontados como algumas das razões fundamentais para esta realidade que se manifesta de forma clara no Primeiro Mundo e já adquire os mesmos contornos nos países do sul industrializados e urbanizados. Onde o espaço comunitário e da socialização dá lugar à realidade midiática da televisão onipresente. Se em um primeiro momento o sindicalismo e o anarquismo conseguiram se apropriar da tecnologia da imprensa e a partir dela construir uma cultura operária e libertária, o mesmo processo não ocorreu em relação ao rádio, à televisão, ao vídeo e agora em relação à informática, que foram usados quase exclusivamente pelo sistema para unificar ideológica e culturalmente toda a sociedade, destruindo as diferenças e neutralizando a resistência cultural que se havia gerado a partir da crítica anticapitalista. Essa estratégia teve um outro desdobramento que foi o da fragmentação do

espaço coletivo cotidiano das classes dominadas, induzidas por essas mesmas tecnologias a se fecharem sob o espaço individual e privado do lar. A reconstrução desse espaço perdido da sociabilidade, da comunicação e da cultura dos "de baixo", é possivelmente o maior desafio que um projeto libertário terá de enfrentar.

O anarco-sindicalismo, principal responsável pela criação dessa cultura operária em muitos países, foi um exemplo de criatividade dos operários libertários e de sua adaptação às necessidades de luta da época em que surgiu. Foi também a aplicação concreta de estruturas autocontroláveis e autodirigidas à sociedade industrial.

Sua recriação atual, terá de afastar qualquer pretensão hegemônica ou de imitação saudosista, e considerar que é *uma* das estratégias possíveis de luta anticapitalista. Talvez a que maiores potencialidades ainda tem entre os setores sociais sujeitos às condições de exploração violenta ou em regiões do mundo onde o cotidiano de miséria e exploração mantém desperto o instinto combativo dos assalariados.

Mas não se pode perder de vista que toda a análise social, centrada exclusivamente sobre as relações de produção, não dá conta de muitos problemas já levantados no passado e, menos ainda, dos que adquiriram maior importância nos últimos anos, através dos novos movimentos sociais, nascidos como resposta auto-organizativa a situações

e conflitos diferenciados. O anarquismo, que já no passado se manifestava e agia nas mais diferentes áreas, do antimilitarismo e pacifismo ao naturismo, do esperanto às experiências educacionais, deveria estar especialmente atento às potencialidades libertárias destes novos movimentos. Mas, sem deixar de lhes apontar a principal limitação que é a de se assumir como uma visão fragmentada dos problemas estruturais da sociedade, perdendo a noção do todo social.

Da organização dos consumidores ao ambientalismo, da ecologia ao feminismo, do antimilitarismo às prisões, muitos são os objetivos e as formas de associação que potenciam a auto-organização de diferentes setores da sociedade em defesa dos seus interesses e, certamente, em todos os casos pode haver uma proposta e uma presença libertária que potencie a articulação e globalização de cada uma dessas lutas.

A ecologia social e o antimilitarismo, pelas suas tradicionais afinidades com os valores libertários, são áreas onde a militância anarquista mais se têm exprimido, mas também aí as potencialidades são limitadas, se for perdido o sentido da estratégia global de ruptura<sup>12</sup>. Não é possível construir uma al-

12. É no caráter social, radical e libertário que se distingue a visão de ecologia social formulada por um Murray Bookchin do ambientalismo inócuo. Ler *Remaking Society* (Montreal: Black Rose Book, 1989) ou *El Anarquismo en la Sociedad de Consumo* (Barcelona: Editorial Kairós, 1974).

ternativa social a partir do espaço fragmentado da particularidade e da diferença, mas somente a partir da cooperação em torno de um projeto de mudança que una diferentes grupos e tendências sociais. Caso contrário acabarão engolidos – como temos assistido nos últimos tempos – pelo movimento permanente de integração, através do qual o sistema tende a recuperar em seu benefício toda a crítica parcelar.

Também as lutas relativas às liberdades se têm tornado mais comuns nos chamados países democráticos, sendo decisivas para impedir a expansão do Estado autoritário. Os anarquistas não se podem omitir com o inócuo pretexto de que em muitas delas estão em causa apenas regras jurídicas, já que são estes espaços de liberdade que o movimento social impôs ao Estado, como seus direitos que estão ameaçados.

As garantias penais e processuais, os direitos dos presos, o direito de asilo e de emigração, são entre muitos outros, os que os Estados vêm paulatinamente eliminando ou reduzindo. A nossa crítica ao Estado se concretiza no estabelecimento de metas imediatas para a luta social nesta área. Contrariamente a uma recusa abstrata ou a uma concepção doutrinária, devemos apoiar uma prática radical antiestatista, que em cada caso e situação se oponha à expansão e hegemonia das relações de Poder e favoreça a autonomia e a criação de espaços de liberdade a partir da própria sociedade.

Todas estas possibilidades, em aberto, para nossa intervenção, estão condicionadas pela capacidade de nos articularmos e associarmos, já que só movimentos sociais organizados têm condições para transformar qualquer situação social. Nossa fragilidade organizativa: incapacidade de associação e coordenação em cada região e mais ainda internacionalmente, são por demais evidentes para não serem vistas como um dos problemas-chave do que genericamente chamamos de movimento libertário. Não se solucionando isto, será impossível qualquer ativismo profícuo ou qualquer resultado duradouro para a nossa militância ou a transmissão de uma cultura libertária entre gerações.

O processo de globalização da sociedade industrial, está entrando em um momento decisivo, onde o internacionalismo e a solidariedade dos povos é o único antídoto contra a xenofobia e a guetização de um mundo repartido entre o desperdício da abundância, no Norte, e a mais absurda das misérias no Sul. Usando as palavras de Noam Chomsky:

“O principal hoje é que se a resistência popular quiser ter alguma significância, terá que ser internacional..., isto começa a ser compreendido e é preciso que haja algum tipo de reação em escala internacional, um tipo de solidariedade transnacional entre pobres e trabalhadores”.



Por essa razão podemos afirmar que, de forma imediata, teremos de encarar a questão da associação, articulação e coordenação de nossas práticas. O que passa também pela clarificação do papel da organização libertária, que é, antes do mais, o de criação de um espaço coletivo, livre e fraterno, onde se forjem novas relações sociais e se viva de acordo com os valores da cultura libertária, como aconteceu no passado quando

“os trabalhadores e os pobres não estavam nem de longe tão isolados e nem submetidos ao monopólio ideológico da mídia dos negócios”<sup>13</sup>.

Foi por isso que a esperança e a utopia se reproduziam nesses espaços libertados onde viviam os excluídos. É esta uma das funções que temos de recuperar para as associações libertárias, ao mesmo tempo que se assumam como um núcleo de difusão das idéias anarquistas e de articulação da luta de resistência anticapitalista.

As formas concretas podem ser diversas, das organizações anarco-sindicalistas às federações de grupos de afinidade, das redes de informação às associações de ateneus e centros de cultura. O fundamental é federalizar e coletivizar práticas e experiências isoladas, ampliando assim as possibilida-

13. Noam Chomsky, *Ano 501. A Conquista Continua* (São Paulo: Scritta, 1993).

des de intervenção social. A ruptura com o isolamento e o individualismo do cidadão-consumidor-espectador – papel que o Sistema nos quer impor – é o passo mais decisivo no caminho da reconstrução do espaço coletivo da alternativa social.

Só através de um associativismo libertário que respeite a autonomia, singularidade e diferença entre cada indivíduo ou grupo, mas que seja capaz de potencializar, acima de tudo, o que temos em comum, fundamento de qualquer relação de afinidade, solidariedade e apoio mútuo, poderemos criar uma dinâmica nova no movimento, e concretizarmos de imediato as formas organizacionais que propomos para a sociedade.

Este é o modelo reconhecido por qualquer anarquista, mas que tantas vezes negamos ao adotar posturas dogmáticas e arrogantes, confrontos personalizados, criticismos inconseqüentes, resultantes do descomprometimento com a ética anarquista. Essa ética que nos leva a exigir uma adequação dos meios aos fins – um ponto importante da nossa crítica ao socialismo autoritário – deve assumir um papel central na militância libertária, condicionando imperativamente nossa prática social. Uma realidade em que estão presentes tensões permanentes, resultantes das pressões do meio social, da introjeção dos valores dominantes e das limitações pessoais, mas que será sempre o critério determinante para a avaliação da coerência de cada um de nós.

A ética anarquista e os valores libertários tomam-se, assim, pontos da ruptura radical com as ideologias autoritárias, constituindo a mais profunda clivagem com o socialismo autoritário. A rebeldia, a transformação social só podem ser um produto da vontade livre de sujeitos autodeterminados e *solidários* vivendo dentro de uma dada realidade histórica e social; jamais produto das condições materiais de produção. Essas sempre potenciarão a maximização da alienação e da sujeição.

Nenhum materialismo vulgar poderá explicar Miguel Angiolillo. Um operário italiano refugiado em Londres, que depois de conhecer os depoimentos de anarquistas espanhóis vítimas de prisão e tortura, decide, em 1896, calma e pacientemente, procurar o primeiro-ministro de um país estrangeiro e assassiná-lo, morrendo no garrote após realizar o que para ele era imperativo pessoal de solidariedade.

## 4

**DILEMAS DO ANARQUISMO  
CONTEMPORÂNEO**

*“Uma sociedade que se auto-organiza sem autoridade, está sempre ao nosso alcance como uma semente debaixo da neve, enterrada pelo peso do Estado e sua burocracia...”*

Colin Ward

Ao contrário do que muitos gostariam, o anarquismo não é uma espécie exótica em extinção; em todos os países ele está presente na manifestação ruidosa na praça pública ou na recusa silenciosa. Mas certamente poderemos afirmar que enquanto *movimento* com o mínimo de organicidade, o anarquismo desapareceu nos últimos 50 anos. Existem coletivos, publicações e associações em muitos países, mas não mais um movimento federalizado e internacionalista que se relacione de forma ativa e se afirme como alternativa social. A incapacidade organizativa, a reduzida atuação do anarquismo nos movimentos sociais e a cristalização teórica, são essas as questões cen-

trais que os libertários têm de enfrentar nos tempos presentes.

Existe uma relação direta entre estes dois aspectos já que, quer o pensamento individual, quer a elaboração de um conhecimento coletivo, estão ligados indissociavelmente à participação da práxis de um grupo ou classe social. Como alguns libertários gostam de afirmar “os anarquistas são teóricos da sua prática e práticos da sua teoria”. É em função do agir sobre a realidade que qualquer teoria social se vai elaborando, enriquecendo e autocorrigindo. Cada sucesso ou fracasso, impõe uma reavaliação do nosso pensar.

Esta relação primordial entre teoria e prática, sempre existiu no movimento anarquista histórico, essa foi uma das razões por que não se constituiu uma *intelligentsia* especializada em pensar a mudança social, entre os libertários. No marxismo essa ruptura gerou, na maioria dos casos, um pensamento essencialmente ideológico e contemplativo, tipicamente acadêmico e nesse sentido inútil para o movimento anticapitalista.

Da sua prisão na Saxônia escreveu Bakunin uma carta em que dizia:

“Encontro-me agora no ponto zero, quero dizer que estou condenado à condição de ser exclusivamente pensante, ou seja, não-vivente”.

Se existe corrente socialista que assumiu a 11ª Tese de Marx contra Feuerbach: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo”, foram os libertários. No anarquismo, os intelectuais do movimento sempre se assumiram mais como militantes do que como pensadores, sua radicalidade e a opção pela coerência impossibilitaram que o anarquista produzisse essa subespécie de teóricos contempladores. Mesmo os que como intelectuais brilhantes como Kropotkin, Reclus ou Santillán acabaram não dispondo do tempo e meios que lhes possibilitassem procurar suas *cadeiras em alguma biblioteca do exílio*. Mas certamente é difícil encontrar movimento social que tenha conseguido produzir tantos autodidatas críticos e pensadores quanto o anarquismo, usando a deliciosa expressão do historiador do anarquismo Edgar Rodrigues – também ele um autodidata – que movimento conseguiu produzir um “engraxate e intelectual” como Ossep Stefanovetch, ucraniano anarquista que viveu no Brasil?

A própria natureza heterodoxa do anarquismo impede a sua *recuperação* como mera ideologia, até porque desde Proudhon se recusava a construção de um sistema fechado e auto-suficiente:

“Acolhamos, encorajemos todos os protestos, desonremos as exclusões, todos os misticismos: não olhe-mos jamais uma questão como esgotada, e quando ti-

vermos usado até o nosso último argumento, recomecemos, se for preciso, com eloquência e ironia”<sup>14</sup>.

O que também o diferenciava daquela corrente que se proclamava do socialismo científico e que era uma manifestação da imensa arrogância e dogmatismo intelectual.

No entanto, na medida em que o anarquismo se foi afastando da realidade social, perdendo suas raízes nos movimentos sociais, também ele se encaminhou para a cristalização teórica, que se traduziu no seu fechamento como pensamento doutrinário, em uma reflexão acadêmica sem qualquer conteúdo de crítica social ou em um niilismo chique para consumo da classe média.

O antidogmatismo essencial do anarquismo, também não justifica que nos possamos agarrar a algumas idéias gerais e excluir o sentido da dúvida sistemática. Pelo contrário, exige-nos uma necessária recriação permanente, o que nos impõe um aguçado sentido autocrítico. A complexidade social atual, os problemas sociais e políticos que hoje temos de encarar e a ampliação permanente do conhecimento, deve-nos levar a novas elaborações teóricas e a novas estratégias de ação. Não como forma de *adaptação* à realidade – do tipo libertarista pós-

---

14. Carta de 17 de maio de 1846 de P.-J. Proudhon a Karl Marx que originou a ruptura entre ambos os pensadores.

moderno –, mas sim como meio de responder à necessidade de crítica dessa realidade.

Conjugar o sentido utópico do anarquismo com a reflexão teórica e uma prática social, é essencial para que o pensamento libertário adquira uma dimensão social revolucionária. Caso contrário ficará reduzido a uma ética de comportamento ou a uma seita messiânica sem qualquer condição de interação com os acontecimentos reais.

Quanto às novas teorizações que têm ocorrido nos últimos anos, um pouco por todo o lado, na linha libertarista norte-americana de um Robert Nozick<sup>15</sup>, há muito se afastou dos valores radicais do anarquismo para se aproximar do liberalismo, que não tem correspondência com a realidade cínica do sistema dominante. Mais do que um pensamento reformista – já que nem radicais são em suas exigências de reforma –, é um pensamento acomodado, incapaz de questionar profundamente a realidade e apostar na vontade e desejo utópicos que sempre estiveram presentes nos movimentos sociais dos oprimidos.

Ao contrário do que apregoam os libertaristas, o pensamento anarquista clássico sobre o Estado e o Poder, mantém toda a sua pertinência, e o conceito

---

15. Para conhecer este tipo de “anarco”-capitalismo tão popular nos Estados Unidos e que atraiu alguns ditos libertários em outros países, ler *Anarquia, Estado e Utopia* (Rio de Janeiro: Zahar, 1991).

libertário de uma comunidade autogovernada, descentralizada e federalizada é mais atual que nunca. A intuição e lucidez na crítica do socialismo autoritário e do Estado foi confirmada pela história dos regimes das burocracias vermelhas.

O que não nos impede de reconhecer que as idéias expostas por Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Malatesta e Landauer, entre outros, não tiveram os desenvolvimentos posteriores que se faziam necessários. Muitas questões abertas pela experiência da Revolução Soviética e da Revolução Libertária na Espanha, bem como muitas outras surgidas com as mutações ocorridas na sociedade industrial (das novas tecnologias à ecologia) estão em aberto. Uma teoria do Poder; uma concepção libertária de organização; a análise das formas de autogestão; os problemas de escala e da complexidade tecnológica na sociedade contemporânea; um entendimento dos mecanismos psicológicos da agressividade e da dominação; as relações de micropoder na família e nos grupos, um estudo das potencialidades libertadoras da robótica e da telemática, são, entre outros, temas que precisam de ser aprofundados a partir de uma perspectiva libertária.

Enquanto o anarquismo esteve no centro dos movimentos sociais e se afirmava como pensamento rebelde, manteve sua capacidade de atração sobre uma intelectualidade desvinculada e crítica. Até o começo do século 20, conhecidos pensadores se inte-

ressavam pelas idéias e as principais figuras do movimento, como Kropotkin e Reclus, encontravam-se envolvidas nos grandes debates intelectuais da época. Nos anos 20 ainda muitos pensadores da importância de Buber, Lukács e Benjamin estavam próximos de posições libertárias, o mesmo ocorrendo com muitos escritores e artistas<sup>16</sup>. Após os anos 30, a atração exercida pelo *socialismo possível* abriu caminho à hegemonia do marxismo-leninismo nos meios intelectuais, passando o anarquismo a persistir como referência só em alguns meios dissidentes: dos teóricos do conselhismo, pacifistas, ou escritores como Perét, Breton, Orwell, Huxley e Camus.

Um movimento inverso, embora minoritário, haveria de ocorrer, quando a consciência dos crimes cometidos pelas burocracias vermelhas, aproximou do anarquismo importantes intelectuais oriundos do marxismo, entre os quais Herbert Read, Daniel Guérin, Murray Bookchin, Noam Chomsky e Paul Goodman. Com eles o pensamento libertário ganhou importantes contribuições em novas áreas da arte, educação, urbanismo e ecologia social.

Mas foi só a partir dos anos 60, que assistimos a uma ruptura ampla dos intelectuais com o autoritarismo comunista, quer pelo conhecimento da rea-

16. Para conhecer as relações entre o anarquismo e os intelectuais judeus da Europa Central ler o livro de Michel Lowy, *Redenção e Utopia* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).

lidade do stalinismo, quer pela influência da explosão libertária ocorrida no final dessa década, só que essa ruptura haveria de tomar duas direções: de um lado uma maioria intelectual que adotou a postura acomodada de conivência tácita ou adesão explícita ao capitalismo, sob o eufemismo de adesão aos valores democráticos; de outro uma minoria que persistiu com uma posição crítica e autônoma, vindo vários a se aproximar dos valores libertários e da tradição anarquista, mesmo que em alguns casos tenham permanecido com posições oscilantes e contraditórias, já que por pruridos marxistas ou por preconceitos acadêmicos, acabavam não reconhecendo explicitamente essa vinculação. Dos situacionistas a Guattari, Bosquet e Castoriadis, a contribuição a um pensamento libertário contemporâneo ainda é feita com preconceitos e mal-entendidos em relação à corrente social que mais pensou e lutou por esses valores.

Não está em causa a eliminação do sentido crítico sobre o próprio anarquismo, ou a identificação apriorística do libertário com aquele que se diz ser anarquista, mas certamente é contraditório se posicionar como libertário e ostensivamente ignorar um pensamento e uma prática social que se traduziram na história contemporânea, essencialmente, no movimento anarquista.

Pelo contrário, entre os anarquistas sempre houve uma procura permanente das fontes do pensa-

mento libertário, dos heréticos do passado aos do presente, de Illich a Marcuse e Reich, uma posição aberta à heterodoxia. Mesmo que em alguns casos também tenham ocorrido resistências a essas críticas libertárias que não eram de matriz anarquista, como se por esse fato, fossem menos fundamentais para nós.

Essa forma de preconceito, também leva ao dogmatismo e traduz-se na maioria dos casos, em uma recusa de toda a produção teórica que seja exterior ao movimento. Uma obstinada cegueira que impossibilita uma leitura proveitosa, por exemplo, do pensamento de raiz marxista, principalmente aquele elaborado por intelectuais antiautoritários. Esta intransigência não leva em conta o que Kropotkin um dia caracterizou como a luta permanente de duas tendências na história e na sociedade: uma corrente autoritária e uma corrente libertária. E que esta última não pode ser reduzida a uma *expressão pura*, pelo contrário é produto de diferentes práticas e da reflexão contínua, e tantas vezes contraditória, em que cada grupo e indivíduo, de forma cooperativa, vão acrescentando algo de novo, numa superação permanente de dúvidas e dificuldades. Usando as palavras de Colin Ward:

“A escolha entre as soluções libertária e autoritária não consiste em uma luta catastrófica definitiva, mas

em uma série de compromissos atuais, muitos deles inconclusos, que ocorrem e ocorrerão, ao largo de toda a história”<sup>17</sup>.

No entanto, é sintomática a dificuldade do anarquismo absorver o novo pensamento libertário. Tirando algumas exceções na Itália, França e EUA, onde tem estado presente nos coletivos anarquistas, assumindo aí uma contemporaneidade radical na Espanha depois do período dinâmico do fim dos anos 70, quando publicações como a *Bicicleta* trouxeram esse novo rosto do pensamento libertário, logo se voltou a um discurso carregado de fantasmas e saudades.

Esta cristalização ideológica do anarquismo, como teoria definida e acabada, leva a uma concepção sectária e religiosa. Víctor Garcia, velho militante anarquista, colocou o dedo na ferida numa crítica ácida ao ortodoxismo quando escreveu:

“El anarquismo debe vigorizar-se y actualizar-se, condición imprescindible si deseamos tener auditorio. El anarquismo organizado, en particular, ha sufrido una exagerada tiranía por parte de vestales, exégetas y Torquemadas que no han permitido nunca el reexamen y la renovación de unas tácticas por miedo a que se resintieran los principios y las finalidades. Esta

17. Colin Ward. *Esa Anarquía de Cada Día*. (Barcelona: Tusquets Editores, 1982).

imposición oficialista ortodoxa no ha permitido el airear nuestros recintos que se han llenado de telarañas mientras el mundo intelectual y la ciencia continuaba una marcha vertiginosa que nos costará esfuerzos supremos si queremos darle alcance. Todo el que no se renueva, muere...”<sup>18</sup>.

O anarquismo nasceu da dissidência e da heterodoxia. Em Godwin, Bakunin ou Malatesta não encontramos esse sectarismo e ortodoxia; essa tentação que não esteve de todo ausente em outras épocas acabou sufocada pela diversidade e radicalidade heterodoxa. Anarquistas, sindicalistas, individualistas, pacifistas e insurrecionalistas, foram a expressão dessa pluralidade libertária que fizeram do anarquismo uma manifestação viva do pensamento antidogmático. Estas são algumas das características que temos de preservar, sendo a tolerância um componente básico do movimento antiautoritário, sem ela não é possível pensar qualquer forma de associativismo ou qualquer forma de renovação.

18. Carlos Díaz. *Vitor Garcia: El Marco Polo del Anarquismo*. (Mostoles: Madre Tierra, 1993).

## 5

### POSSIBILIDADES ATUAIS DE UMA AÇÃO LIBERTÁRIA

*“Os homens temem este desconhecido no qual entrariam se renunciassem à atual ordem de vida conhecida. Sem dúvida, é bom temer o desconhecido, quando nossa situação conhecida é boa e segura; mas este não é o caso e sabemos, sem margem de dúvida, que estamos à beira do abismo”.*

Liev Tolstoi

Mesmo neste momento de maior arrogância do sistema capitalista que se travestiu em sociedade democrática, e só por esse nome quer ser conhecido, quando a ideologia do Poder e da Sujeição se escuta em todo o lado, não se descortinam argumentos a favor de um sistema essencialmente infame.

Sua irracionalidade econômica e social é por demais evidente. A pequena ilha de abundância, cercada de pobreza, pode até ser o paraíso, ou um pobre sucedâneo, para os que aí vivem. Só que não passa disso, uma ilha que é abastecida e financiada pelos que vivem fora dela. Uma multidão de esfomeados, desesperados ou dos conforma-



dos na miséria que povoam as grandes regiões do planeta. Como é possível falar de progresso, desenvolvimento e êxito do gênero humano neste contexto, em que uma parte da Humanidade não se solidariza com a maioria da população?

Como admitir como política ou eticamente admissível um sistema social que perpetua tal realidade?

Que futuro aponta essa realidade?

Certamente não é a ampliação da sociedade de consumo, em escala universal, mesmo que se amplie para novas ilhas no oceano do *apartheid* social. Os recursos escassos e a crise ecológica provocada pela economia do lucro e do desperdício só permitem visualizar uma planificação autoritária em escala mundial, com o controle rigoroso dos recursos, da destruição ambiental e da própria população<sup>19</sup>. Em resumo, um sistema ainda mais autoritário e injusto.

O contraponto a esse futuro será sempre uma possibilidade, criada a partir da vontade, desejo e consciência dos *de baixo*, dos excluídos deste sistema, mas também de todos os estratos sociais para quem a *Humanidade é maior que o Estado*, evocando as palavras de Martin Buber. Dos que têm consciência que as opções são mais vastas e que o futu-

---

19. Este foi o tema e preocupação central da Conferência da ONU no Cairo, de 1994, onde os países do Primeiro Mundo tentaram impor aos países do Sul o controle da expansão demográfica.

ro e o mundo são criados pelos seres humanos e, como tal, sempre estarão abertos à nossa ação criadora.

Do ponto de vista do anarquismo, do movimento dos que recusam todas as formas de dominação, não podemos deixar de considerar uma prova da perenidade do inconformismo e da rebeldia, a persistência do movimento e das idéias nesta época de restauração e conformismo. O aparecimento de novos grupos no Leste europeu e em países do Terceiro Mundo, bem como a aproximação de intelectuais dos princípios libertários, sinalizam a pertinência da reflexão anarquista sobre o poder, a dominação e o Estado, abrindo possibilidades para o ressurgir de um socialismo libertário, orgânico e federalista. A própria generalização nas redes sociais de conceitos como autonomia, apoio mútuo, descentralização, democracia direta, federalismo, que afloram dentro das chamadas organizações não-governamentais (ONGs), principalmente nos países do Sul, permitem ter a esperança que as sociedades se aproximem em suas buscas do modelo libertário, mesmo que essa forma de organização não assuma os contornos idealizados pelos militantes do passado.

A crítica do jogo político como mentira, ocultação e falsa consciência, e do Estado como a burocracia da inutilidade, que se manifesta também nos

movimentos sociais, reabre o caminho libertário dos projetos sociais autogestionários.

A idéia libertária manifestou-se sob várias formas no passado, da Antigüidade aos movimentos religiosos e messiânicos; no presente se manifesta nas experiências autogestionárias da América Latina, no movimento ecológico, feminista e pacifista, não sendo propriedade de nenhum grupo. Mas ninguém foi tão longe como os anarquistas na tentativa de modelar um projeto social libertário, fazendo convergir a igualdade e a liberdade, o indivíduo e a comunidade, a autonomia e a cooperação. Por isso podemos dizer que o anarquismo é uma síntese dos ideais que revolucionaram a época moderna, uma utopia subversiva que questiona radicalmente a realidade sobre valores fundamentais ainda não realizados.

Mas estará o anarquismo condenado à sua condição de utopia?

Certamente que o pensamento libertário também é feito de desejo e utopia, mas como disse Bakunin:

“Foi na busca do impossível que o homem realizou e reconheceu o possível”.

No entanto, o anarquismo é também uma práxis e um projeto social concreto, que se assumindo como uma visão otimista da Humanidade, propõe

que as comunidades valorizem a vertente da auto-organização, do apoio mútuo, da liberdade e igualdade e recusem as formas heterogestionárias, centralizadoras e autoritárias de organização social.

Por que reconhecer no capitalismo o último e definitivo modo de produção, e no Estado, com sua “democracia” representativa, a derradeira forma das comunidades se organizarem?

Por que não retomar e aprofundar a tradição libertária, descentralizadora e federalista, que persistiu em várias épocas e civilizações?

A realidade contraditória que estamos vivendo abre novas possibilidades ao renascimento do pensamento e de práticas libertárias que podem contribuir para responder a essas perguntas. Certamente que esta mesma realidade pode forjar novas sujeições e autoritarismos: poderes supranacionais, integristas religiosos, nacionalismos dementes, violência autofágica, determinismos biológicos a partir da manipulação genética etc.

Como Carlos Díaz, poderíamos dizer:

“Así que estamos lejos de entonar risuenamente, com el famoso libertario italiano, eso de que ‘anárquico es el mundo, anárquico el pensamiento y caminamos hacia la anarquía’ No. Hay más apoltronamiento y más inercia que espíritu de búsqueda y que insatisfacción”<sup>20</sup>.

20. Carlos Díaz. *Las Teorias Anarquistas* (Bilbao: Zero, 1976).

Perdida a inocência e o otimismo do século 19, quando os movimentos sociais e os anarquistas, em particular, esperavam o *amanhã radioso*, sabemos hoje que o futuro está em aberto, nenhum movimento irresistível da história será capaz de nos preparar algo melhor do que aquilo que nós mesmos sejamos capazes de construir a partir de hoje. Se os anarquistas forem capazes de passar o testemunho de sua história, afirmarem na prática social seus valores e contribuírem para recriar uma contracultura libertária, talvez os movimentos sociais possam reencontrar, nessa radicalidade libertária, um dos referenciais que procuram de forma desnorteada. A imprevisibilidade histórica ou o ceticismo não são obstáculos definitivos ao voluntarismo anarquista. Quando Fanelli, o libertário italiano companheiro de Bakunin, chegou à Espanha em 1868, sem sequer falar o espanhol, acaso poderia prever que estava contribuindo para a criação da mais importante base do movimento anarquista: o movimento libertário da Península Ibérica?

Não existe um *que fazer* para os anarquistas. Existem muitas possibilidades de fazer, traduzindo as diferentes situações e perspectivas, em que cada grupo ou indivíduo libertário se encontram, mas que passa antes de tudo por preservar a lucidez crítica, pensar permanentemente a realidade, agir sobre essa mesma realidade, assumir a solidão da re-

sistência em tempos difíceis, lutando para criar os laços do espaço comunitário alternativo.

A práxis libertária contemporânea deverá se traduzir cada vez mais na crítica do Poder, da Política, do Estado e do Capital. Mas também na intervenção construtiva a partir da realidade local, na defesa da auto-organização e da democracia direta que sustentem um amplo federalismo regional e internacional dos povos. E, na criação de comunidades, cooperativas e outras formas autogestionárias de vida, produção e consumo. Contribuindo assim para uma cultura libertária que abra, desde já, novos espaços de liberdade, de autonomia e criatividade para os que recusam o sistema dominante.

Esses são alguns dos caminhos para quebrar a quietude que a sociedade do espetáculo nos impõe. Podemos recusar a condição de espectador impotente e agir, de forma silenciosa, através da desobediência civil, através do discurso, do fanzine, da sabotagem anônima, da revista, do livro, da ação radical do sindicalismo libertário, das cooperativas autogestionárias, da manifestação antimilitarista, das experiências educacionais ou das listas de discussão libertárias dentro das redes de computadores. Tudo pode ainda ser feito.

Temos razão para crer que os nossos valores: cooperação, apoio mútuo, solidariedade, liberdade e igualdade correspondem à possibilidade de humanização da história das sociedades.

Por essa razão o anarquismo mantém toda a sua atualidade, acima de modas e conjunturas, até porque a ética e a rebeldia libertárias possuem a dimensão eterna de Prometeu e estão umbilicalmente ligadas ao desejo de realização integral de nossa humanidade. Embora sua concretização subversiva só possa ocorrer dentro do contexto real da história e das sociedades. Sendo esse o maior desafio que se coloca ao projeto social libertário dos anarquistas.